



DIREITO COLETIVO 2.0

AULA 01 - SIMULADO



 (31) 98021-5992

 @juridico.dc

 dcpreparatorio@gmail.com


Jurídico DC



Questão 1

Considerando o Decreto-Lei nº 25/1937 e a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A)** O tombamento de bens públicos só pode ser realizado pelo IPHAN, vedada a atuação dos demais entes federativos, sob pena de violação ao princípio da hierarquia normativa.
- B)** Municípios não possuem competência legislativa para editar normas sobre patrimônio cultural, por se tratar de matéria reservada à União no art. 24 da CF.
- C)** A competência para proteção do patrimônio histórico, artístico e paisagístico é exclusiva da União, e apenas o IPHAN pode determinar o tombamento de bens pertencentes a entes públicos.
- D)** É possível que o Município tombe bem da União ou do Estado, desde que demonstrado o interesse local, com base na competência comum prevista no art. 23, III, da CF.
- E)** O tombamento realizado pelo Município de bem pertencente à União é nulo de pleno direito, por afronta ao princípio federativo e à cláusula da legalidade estrita.

Questão 2

Com base no Decreto-Lei nº 25/1937 e no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tombamento, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A)** O tombamento provisório, iniciado com a notificação, produz os mesmos efeitos jurídicos do tombamento definitivo, conforme art. 10, parágrafo único.
- B)** O tombamento compulsório depende de processo administrativo prévio, em que o proprietário é notificado para anuir ou impugnar no prazo fatal de 15 dias.
- C)** O tombamento voluntário exige requerimento do proprietário e análise, pelo Conselho Consultivo, da presença dos requisitos legais para proteção cultural.
- D)** O tombamento tem natureza jurídica de ato administrativo discricionário e constitutivo, pois apenas passa a produzir efeitos após a inscrição no Livro do Tombo.

E) É possível o reconhecimento judicial do tombamento, diante da omissão administrativa, sem que isso viole a separação dos poderes.

Questão 3

Considerando os efeitos jurídicos do tombamento, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A)** O tombamento impede o uso do bem pelo proprietário e caracteriza desapropriação indireta, gerando obrigação de indenização imediata por parte do Poder Público.
- B)** O tombamento de bens públicos impede qualquer forma de transferência entre entes federativos, sob pena de nulidade do ato.
- C)** A tentativa de exportação de bem tombado pode ensejar aplicação de multa e configuração do crime de contrabando, conforme previsão expressa no Decreto-Lei nº 25/1937.
- D)** O tombamento não impõe restrições em relação à construção na vizinhança do bem protegido, exceto se este for imóvel público.
- E)** O proprietário de bem tombado poderá demolir, alterar ou ceder o bem livremente, desde que mantenha a finalidade cultural originalmente reconhecida.

Questão 4

Com base na Constituição Federal e na Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa **correta**:

- A)** A ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa física ou jurídica que comprove interesse difuso, bastando a comprovação de dano à moralidade administrativa.
- B)** A comprovação da cidadania como requisito para a propositura da ação popular exige a apresentação do CPF ou de qualquer documento de identidade civil válido.
- C)** A moralidade administrativa é bem jurídico tutelado pela ação popular e pode ser defendida judicialmente, mesmo na ausência de dano patrimonial.
- D)** Pessoa jurídica de direito público tem legitimidade ativa para ajuizar ação popular em nome da coletividade, desde que demonstre que atua em benefício do interesse público.



E) A ação popular pode ser utilizada para anular atos lesivos ao interesse privado do cidadão, desde que decorrentes de omissão do Estado no dever de proteção.

Questão 5

Nos termos da Lei nº 4.717/65, um ato administrativo será passível de anulação por ação popular, **exceto** quando:

- A)** praticado por agente incompetente.
- B)** houver desvio de finalidade, ainda que em atos discricionários.
- C)** não se comprove lesividade, mesmo havendo ilegalidade manifesta.
- D)** houver vício de forma quanto à omissão de formalidade essencial.
- E)** for praticado com inexistência dos motivos invocados.

Questão 6

Assinale a alternativa **incorreta** quanto à competência e ao procedimento da ação popular:

- A)** A competência será determinada conforme a origem do ato impugnado, podendo ser ajuizada no foro do domicílio do autor, salvo exceções.
- B)** A sentença que julga improcedente a ação popular por deficiência probatória não impede nova demanda, desde que fundada em provas novas.
- C)** O Ministério Público pode assumir a defesa do ato impugnado, caso entenda que não há violação ao interesse público.
- D)** A sentença que reconhece a procedência da ação popular poderá ter natureza condenatória, mesmo sem pedido expresso do autor.
- E)** O beneficiário do ato impugnado poderá ser citado no curso do processo, com resguardo do contraditório.

Questão 7

Com base na jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa **correta**:

A) A ação popular pode ser proposta contra atos legislativos em geral, inclusive os de conteúdo abstrato, como leis orçamentárias e leis de diretrizes.

B) O prazo prescricional da ação popular é de cinco anos, contados da prática do ato lesivo, mesmo em se tratando de dano ambiental.

C) É admissível ação popular para impugnar decisões judiciais, inclusive sentenças condenatórias com trânsito em julgado.

D) A ação popular poderá ser proposta contra ato judicial apenas se houver homologação judicial de ato lesivo.

E) O ajuizamento da ação popular é incompatível com atos políticos, que estão imunes a controle popular, salvo nos casos de improbidade.

Questão 8

Assinale a alternativa **correta** sobre os poderes e deveres do Ministério Público na ação popular e os efeitos da sentença:

- A)** O Ministério Público possui legitimidade ativa para propor ação popular em defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa.
- B)** O Ministério Público pode atuar como litisconsorte ao lado do autor da ação popular, substituindo-o em caso de desistência.
- C)** A sentença que julga improcedente a ação popular produz coisa julgada erga omnes, impedindo nova ação com idêntico fundamento.
- D)** A sentença que julga procedente a ação popular pode condenar os responsáveis mesmo sem pedido expresso do autor, inclusive com perdas e danos.
- E)** O Ministério Público, se entender conveniente, poderá requerer a reconvenção nos autos da ação popular para garantir eventual ressarcimento.

Questão 9

Sobre os conceitos de loteamento e desmembramento previstos na Lei nº 6.766/79, é correto afirmar que:

- A)** O loteamento é caracterizado pela subdivisão da gleba em lotes para edificação, aproveitando exclusivamente o sistema viário já existente.
- B)** O desmembramento é o fracionamento da gleba que implica, necessariamente, a criação de novas vias públicas ou modificação das já existentes.



C) A distinção entre loteamento e desmembramento está vinculada à existência ou não de aproveitamento de área rural.

D) O loteamento exige a abertura de novas vias de circulação ou a modificação das existentes, enquanto o desmembramento aproveita o sistema viário já implantado.

E) Ambas as figuras são sinônimas, podendo ser utilizadas livremente como equivalentes para fins de registro imobiliário.

Questão 10

Nos termos da Lei nº 6.766/79, **não será permitido o parcelamento do solo urbano, exceto:**

A) Em terrenos alagadiços sem prévio escoamento das águas pluviais.

B) Em terrenos com declividade superior a 30%, desde que cumpridas exigências técnicas.

C) Em terrenos que tenham sido aterrados com resíduos prejudiciais à saúde, ainda que não saneados.

D) Em terrenos com geologia instável, desde que prevista compensação ambiental.

E) Em áreas de preservação ecológica, sem a devida correção das condições sanitárias.

Questão 11

Acerca das faixas não edificáveis ao longo de rodovias, ferrovias e cursos d'água, conforme a redação atual da Lei nº 6.766/79, assinale a afirmativa correta:

A) É obrigatória a reserva de faixa não edificável de 15 metros ao longo de rodovias e ferrovias, sem possibilidade de redução.

B) A reserva de faixa não edificável ao longo das rodovias pode ser reduzida por lei municipal até o limite de 5 metros.

C) A legislação proíbe qualquer construção a menos de 30 metros de cursos d'água, independentemente de legislação municipal.

D) A obrigatoriedade da faixa não edificável ao longo das ferrovias aplica-se apenas a áreas rurais.

E) A Lei nº 14.285/2021 revogou toda a disciplina sobre faixas não edificáveis previstas na Lei nº 6.766/79.

Questão 12

No que se refere à figura do **empreendedor no parcelamento do solo urbano**, de acordo com a redação atual da Lei nº 6.766/79, assinale a alternativa correta:

A) Apenas o proprietário do imóvel poderá figurar como empreendedor, nos termos da Lei.

B) A pessoa física contratada para executar o parcelamento não pode ser considerada empreendedora, ainda que o contrato esteja averbado na matrícula do imóvel.

C) A administração pública indireta não poderá ser considerada empreendedora, mesmo quando houver regular imissão na posse.

D) As cooperativas habitacionais ou associações de moradores poderão figurar como empreendedoras, desde que autorizadas pelo titular do domínio.

E) O empreendedor não responde solidariamente com o proprietário quanto à implantação do parcelamento.

Questão 13

Acerca dos princípios e fundamentos da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme a Lei nº 6.938/81, é **correto** afirmar que:

A) A Política Nacional do Meio Ambiente tem como fundamento exclusivo a proteção da biodiversidade, independentemente de sua relação com a atividade humana.

B) A racionalização do uso do solo, do subsolo e da água é princípio voltado apenas à iniciativa privada, com foco em exploração econômica.

C) A proteção ambiental prevista na lei é orientada exclusivamente por uma perspectiva biocêntrica, que considera o valor da natureza em si, desvinculada de qualquer função utilitária.

D) A ação governamental deve considerar o meio ambiente como um patrimônio público, sendo sua proteção dirigida ao uso coletivo e à dignidade da vida humana.



E) A proteção dos ecossistemas é incompatível com atividades econômicas em áreas ambientalmente sensíveis, vedadas em qualquer hipótese.

Questão 14

Nos termos da Lei nº 6.938/81 e da jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa **correta** quanto à **responsabilidade civil ambiental**:

A) A responsabilidade civil por dano ambiental é subjetiva, exigindo demonstração de culpa ou dolo do agente poluidor.

B) A responsabilidade do proprietário por danos ambientais exige comprovação de que ele foi o causador direto do dano.

C) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo inadmissível alegação de excludentes.

D) A obrigação de reparar o dano ambiental é sempre personalíssima, recaindo unicamente sobre quem praticou o ato lesivo.

E) O Estado responde solidariamente por dano ambiental, desde que demonstre que houve culpa concorrente do particular.

Questão 15

Sobre o conceito de **meio ambiente** e seus elementos conforme a Lei nº 6.938/81, assinale a alternativa **incorreta**:

A) O meio ambiente cultural compreende elementos materiais e imateriais relacionados à identidade de grupos sociais, como tradições e edifícios históricos.

B) O meio ambiente do trabalho refere-se ao espaço físico natural e artificial necessário ao desenvolvimento da atividade produtiva.

C) O meio ambiente natural engloba os elementos da natureza sem interferência humana, como rios, matas e fauna silvestre.

D) O meio ambiente artificial abrange os espaços urbanos e construções criadas pela ação humana, como edifícios, ruas e praças.

E) O meio ambiente do trabalho está relacionado à saúde, segurança e dignidade do trabalhador, conforme a Constituição Federal.

Questão 16

Sobre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, nos termos da Lei nº 6.938/81 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa **correta**:

A) O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é um instrumento autônomo, desvinculado do processo de licenciamento ambiental.

B) O EIA vincula a decisão administrativa, impedindo a autoridade ambiental de conceder licença em caso de impacto relevante.

C) A avaliação de impacto ambiental é uma espécie do gênero licenciamento ambiental.

D) O Cadastro Técnico Federal abrange apenas atividades de fiscalização promovidas por entes estaduais.

E) O IBAMA pode exercer poder de polícia ambiental em área da União mesmo que o órgão licenciador originário seja estadual.

Questão 17

Sobre a responsabilidade civil ambiental da Administração Pública e dos particulares, à luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

A) A responsabilidade do Estado por omissão no dever de fiscalização ambiental é subjetiva, exigindo prova de culpa específica do agente.

B) A responsabilidade civil do Estado por dano ambiental é solidária e objetiva, mas sua execução será sempre principal, mesmo diante da omissão de terceiro.

C) A responsabilidade civil por dano ambiental é subjetiva e pessoal, não se transmitindo a terceiros.

D) A responsabilidade do Estado por omissão no dever de fiscalização ambiental é solidária com a do poluidor direto, mas sua execução é subsidiária.

E) A Administração Pública só pode ser responsabilizada civilmente por omissão se houver nexos direto entre sua conduta e o dano efetivo ao meio ambiente.

Questão 18

Acerca da **responsabilidade por dano ambiental** e das obrigações decorrentes,



conforme a jurisprudência dominante, é correto afirmar:

- A)** A obrigação de reparar o dano ambiental não possui natureza propter rem, e por isso não pode ser exigida de sucessores ou possuidores.
- B)** A obrigação ambiental é pessoal e recai somente sobre quem praticou o ato danoso.
- C)** O STJ reconhece que a obrigação de reparar dano ambiental é propter rem e pode ser exigida do atual ou de anterior proprietário, conforme escolha do credor.
- D)** A obrigação de reparar o dano ambiental depende de prova de culpa do proprietário.
- E)** A responsabilidade do poluidor somente existe se houver simultaneamente prova do dano, do nexo de causalidade e da conduta culposa.

Questão 19

Assinale a alternativa incorreta quanto à **responsabilidade penal e administrativa por infrações ambientais**, segundo a jurisprudência do STJ:

- A)** A responsabilidade penal da pessoa jurídica independe da responsabilização penal da pessoa física correspondente.
- B)** A aplicação de multa por infração ambiental pela União não exclui sanções aplicadas por Estados e Municípios, mesmo sobre o mesmo fato.
- C)** A celebração de TAC impede a instauração da ação penal, por configurar causa de extinção de punibilidade.
- D)** A esfera administrativa é autônoma da penal, sendo possível aplicar sanções administrativas mesmo sem processo criminal.
- E)** A extração ilegal de minérios obriga o infrator a reparar integralmente o dano ambiental causado à União.

Questão 20

Sobre o **acesso à informação ambiental** e a atuação administrativa ambiental, é correto afirmar:

- A)** A Administração Pública não está obrigada a fornecer dados ambientais inexistentes, ainda que solicitada por particular.

B) A transparência ambiental reativa obriga o Estado a produzir informação ambiental inexistente, salvo se demonstrar irrazoabilidade.

C) A informação ambiental deve ser disponibilizada apenas quando houver ordem judicial expressa.

D) Não cabe averbação facultativa de informações ambientais nos registros imobiliários, por ausência de previsão legal.

E) A obrigação do Estado de garantir acesso à informação ambiental se restringe à divulgação via portal eletrônico oficial.

Questão 21

Com base na classificação legal dos direitos transindividuais prevista no art. 81, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, e segundo a doutrina de Fredie Didier Jr. e Kazuo Watanabe, assinale a alternativa correta:

A) Os direitos coletivos em sentido estrito são divisíveis e de titularidade indeterminada, com vínculo meramente fático entre os titulares.

B) Os direitos individuais homogêneos são de natureza indivisível, com origem comum, e não admitem tutela coletiva por não apresentarem relevância social.

C) Os direitos difusos são de titularidade determinada e indivisíveis, originando-se sempre de uma relação jurídica base.

D) Os direitos coletivos em sentido estrito são indivisíveis, com titularidade determinada ou determinável e unidos por vínculo jurídico comum.

E) Os direitos individuais homogêneos não possuem origem comum, o que os impede de ser objeto de ação coletiva.

Questão 22

Em relação aos direitos individuais homogêneos, segundo a doutrina de Fredie Didier Jr. e Antonio Gidi, é correto afirmar:

A) São indivisíveis e não admitem execução individual após decisão coletiva.

B) A ação coletiva que os protege é a simples reunião de ações individuais com objetos distintos.



C) Derivam de origem comum, são divisíveis, e sua tutela coletiva visa à racionalização do Judiciário e à efetividade da jurisdição.

D) Só podem ser tutelados por meio de ações individuais, pois possuem caráter personalíssimo.

E) A simultaneidade do dano é imprescindível para que se configure a homogeneidade jurídica e fática.

Questão 23

Assinale a alternativa incorreta quanto às diferenças entre os direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos:

A) Os direitos difusos são indivisíveis, com titularidade indeterminada e vínculo fático entre os titulares.

B) Os direitos coletivos em sentido estrito possuem titularidade determinada ou determinável, e também são indivisíveis.

C) Os direitos individuais homogêneos são divisíveis, com origem comum, e podem ser tutelados coletivamente mesmo sem homogeneidade total nas consequências do dano.

D) Os direitos difusos exigem prévia existência de relação jurídica base entre seus titulares e a parte contrária.

E) A tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos não se confunde com mera soma de ações individuais.

Questão 24

Sobre a função e os fundamentos da tutela coletiva no sistema jurídico brasileiro, à luz da doutrina de Edilson Vítorelli e Kazuo Watanabe, assinale a alternativa correta:

A) A tutela coletiva existe apenas para proteção de direitos patrimoniais indisponíveis.

B) A tutela coletiva serve para uniformizar o direito subjetivo apenas em casos de ações possessórias com pluralidade de autores.

C) A tutela coletiva de direitos individuais homogêneos busca a defesa de teses jurídicas gerais e não a análise de casos concretos individualmente.

D) A função da tutela coletiva é meramente simbólica e não possui efeito vinculante.

E) A tutela coletiva não pode alcançar direitos disponíveis, mesmo que de origem comum.

Questão 25.

Sobre o desenvolvimento histórico da tutela coletiva, assinale a alternativa correta:

A) A ação popular no direito romano era utilizada exclusivamente para proteção de direitos individuais patrimoniais.

B) A Verbandsklage, típica do sistema da common law, permite que qualquer cidadão promova ações em defesa do meio ambiente.

C) As "class actions", nos Estados Unidos, foram fortemente impulsionadas pela reforma de 1966 da Rule 23 das Federal Rules of Civil Procedure.

D) No modelo francês, a tutela coletiva foi implementada desde o século XIX por meio das ações de grupo consolidadas no Code Napoléon.

Questão 26.

Assinale a alternativa que corretamente descreve a natureza e a função da Verbandsklage:

A) Permite que qualquer cidadão ajuíze ação popular para tutela de direitos individuais homogêneos.

B) Autoriza a propositura de ação coletiva por um representante do grupo, desde que autorizado por lei federal ou estadual.

C) É uma ação típica do direito francês, proposta por procuradores públicos especializados em defesa do consumidor.

D) É uma ação proposta por associações ou entidades representativas, cuja legitimidade está vinculada à finalidade institucional e ao tempo mínimo de constituição.

Questão 27.

No que diz respeito à função da tutela coletiva no Brasil, é correto afirmar que:

A) Sua aplicação é exclusiva às demandas envolvendo direitos individuais disponíveis.

B) Não pode ser utilizada em demandas ambientais, por envolverem interesses difusos de titularidade



indeterminada.

C) Tem como fundamentos principais o acesso à justiça, a economia processual e a equidade na proteção de grupos vulneráveis.

D) Está restrita às ações promovidas pelo Ministério Público, vedada a legitimidade de associações civis.

Questão 28.

Sobre a comparação entre os modelos de tutela coletiva da common law e da civil law, assinale a alternativa incorreta:

A) A Verbandsklage é marcada pela atuação de entidades representativas e tem forte aplicação em países como Alemanha e França.

B) O modelo das class actions exige a certificação da classe e a verificação de requisitos como numerosity e commonality.

C) A class action pode ser proposta por qualquer legitimado coletivo previsto em lei, desde que demonstre vínculo jurídico com a demanda.

D) No Brasil, o CDC e a LACP adotam características tanto do modelo da Verbandsklage quanto das class actions.